

AS MUAMBEIRAS NOS SUBTERRÂNEOS DAS CADEIAS GLOBAIS DE MERCADORIAS: O CASO DAS SACOLEIRAS AFRICANAS NO CIRCUITO COMERCIAL ENTRE SÃO PAULO (BRÁS) E ANGOLA

Paulo Gomes Vaz¹

“A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artificios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável de modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidas de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais”. (HARVEY, 1992, p.148).

Resumo: Este estudo tem como objetivo principal observar sociológica e antropologicamente o desencadeamento das novas manifestações de trabalho que subsistem de forma engenhosa ao desemprego formal, tomando como objeto o caso das sacoleiras de Angola e Guiné Bissau que vêm para São Paulo comprar artigos de consumo a serem revendidos em seus países. Localizamos aí um processo de feminização do trabalho, em um contexto de mobilidade espacial das africanas que transitam entre o espaço urbano interno e externo, nacional e global.

Palavra chave: Informalidade, Mulher Africana, *Commodity Chains*, Mobilidade Internacional.

Abstract: This study aims to look at the main sociological and anthropological generation of new expressions of work positioned in contrast to formal employment. It takes as an object the case of ‘Sacoleiras’ of Angola and Guinea Bissau who come to São Paulo to buy consumer goods to be resold in their countries. Located here is a process of the feminization of work within the context of spatial mobility of Africans transiting between the internal and external (ie. national and global) urban spaces.

Keywords: Informality; African Women; Commodity Chains; International Mobility.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo em 2006 e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, em 2011.

Esta contribuição trata da temática da migração, da etnicidade e da mobilidade relacionadas ao trabalho, a partir das considerações de certos autores-chave, tais como Simmel (1983), Sayad (1998) e Ocada (2003). Embora em níveis diferentes, o que há de comum em cada um deles é o fato de falarem de comunidades étnicas com as quais se identificam de maneira não abstrata e experiencial. Simmel, filho de judeus, escreve a respeito dos seus ascendentes na Alemanha; Sayad, de origem argelina, aborda os seus conterrâneos na França; por fim, Ocada, descendente de japoneses, traz à tona a temática dos decasséguis no Japão. Entre tantos outros, esses autores ressaltam muito bem os aspectos dicotômicos de pertencimento e distanciamento da cultura original, além da questão da sociabilidade. Dentro desse rol de reflexões, localizamos situações específicas, como é o caso, por exemplo, da condição dos expatriados: aqueles que decidem permanecer no país de destino devido ao ciclo de crises políticas e econômicas em seus países de origem, formando algumas vezes o chamado, exército industrial de reserva (MARX, 1968, p. 737). Nesse último caso, a condição genérica do estrangeiro refletido naquelas abordagens ganha uma feição que a conecta diretamente com a realidade do trabalho (ou da falta dele). Há expatriados ricos, remediados e pobres.

Aqui será explorado o caso das trabalhadoras temporárias chamadas de sacoleiras, aquelas que chegam hoje e partem amanhã, que estão sempre em trânsito, comprando num lugar para vender em outro. Elas configuram uma particularidade *sui generis* de turistas africanas, as quais na verdade alimentam as cadeias de mercadoria (*commodity chains*) de determinados bens que comercializam. Todo esse processo ocorre enquanto aguardam a ocupação formal, isto é, o emprego. A singularidade das sacoleiras está em ser o grande elo entre a cadeia produtiva, o varejo e o consumidor final.

O fenômeno social descrito neste estudo, protagonizado por revendedoras “sacoleiras” (*retailers and dealers*) angolanas e guineenses, relaciona-se especialmente com certa parte da população desses países e está contribuindo para o redesenho estratégico da divisão internacional do trabalho, atuando nos poros da circulação de *commodities* em cadeias produtivas globais.²

² Grande parcela das economias africanas estão contidas culturalmente na economia herdada do circuito comercial outrora exercida por nômades e grumetes. Ausentes de um ponto de fixação (...) e dependendo de épocas de escassez de alguns bens primários ou utensílios, os produtos são trocadas diretamente por um outro objeto equivalente por intermédio de pechinchas. Porém, na atualidade é comum encontrar perambulando pelas ruas ou becos, as Bideras (termo guineense-crioulo), o que em português significa, vendedeiras- como são conhecidas, - as moças que comercializam de porta em porta ou nos botequins os produtos alimentícios ou de uso pessoal como brincos, colares, sorvete, peixe etc., para o sustento familiar, enquanto os homens se enquadram nos trabalhos braçais. Obviamente, é por essas vias que a “camelagem” se manifesta no imaginário coletivo africano, carregada de marcas menos excludentes nos padrões da economia local.

A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO EM ANGOLA E EM GUINÉ BISSAU

As mulheres empreendedoras, embora em menor medida, também estão envolvidas diretamente com o comércio internacional. Com frequência elas criam cooperativas informais e juntam seus recursos para viajar a países como China, África do Sul, Namíbia, Emirados Árabes, Índia e Brasil, a fim de comprar mercadorias. Esses artigos são posteriormente enviados a Angola para serem vendidos no comércio retalhista local.³

No Brás, uma das áreas mais comerciais da urbe paulistana, essas mulheres cruzam-se, trocam cumprimentos e aconselham entre si estratégias de compra. Teresa Manuel⁴ de 30 anos, residente em Luanda, é uma delas. Viaja quase todos os meses para o Brasil. Casada e mãe de quatro filhos, ela conta que não teve oportunidades para estudar e ingressar na universidade “*devido à responsabilidade familiar*”. Após uma pausa em sua fala, ela acrescenta, sorridente, que “*com o pequeno comércio já é possível empurrar a vida*”. Teresa conhece bem o mercado acima citado, e afirma sem hesitação que a mercadoria brasileira é mais aceita em termos de qualidade e *design*, enquanto que os produtos da China são aceitos pela quantidade e pelo preço. “*Não que os outros não tenham qualidade... mas o Brasil, especialmente nos artigos femininos, se destaca mais*”. Dubai destaca-se pelas jóias e bijuterias, enquanto a Índia, pela qualidade dos cabelos humanos e pelos preços considerados baixos. “Mas de todos estes países que eu citei, o Brasil tem a passagem mais em conta”.

Francisca Guimarães é outra das sacoleiras. Mãe solteira de três filhos, aprendeu o negócio com a tia, que já comprava roupas nos bairros do Bom Retiro e do Brás, em São Paulo, para revender em Angola. “*A minha tia sempre trabalhou com honestidade para dar de comer aos filhos. E agora, cá estou eu a fazer o mesmo*”. Ela diz que a vida é dura, mas persevera; corajosa, arrisca-se em feiras de madrugada, acompanhada por guias (rapazes angolanos), em busca dos preços baixos. Assim que amanhece e as lojas abrem as portas, ela segue a rotina, sem despregar os olhos, seguindo o percurso que conhece tão bem: “*faço compras na loja Paraná, que fica na Rua Cavalheiro-Brás, no número 85, e nas lojas que ficam na Rua Maria Marcolino*”. *Estamos no começo da área do Brás, no Largo da Concórdia. Francisca abre os braços, aponta para o fim da avenida e para as sua compras: “veja”*.

³ UNCTAD (2013). Informação fornecida pela Federação Angolana de Mulheres Empreendedoras, durante a missão de levantamento de dados, 2013.

⁴ Fora pautado a escolha dos nomes fictícios para não comprometer sociabilidade das mesmas nas suas comunidades, ou nos seus Países de origem, por tratar-se de um mercado às margens da sociedade com ecos de discriminação.

Perseverança também é a palavra de ordem para Cláudia Maria, Aurora Garcia, Luyana Carvalho, Helena Dias Joaquim e outras mulheres de negócios que, na altura desta entrevista, estavam novamente de partida.



Teresa, durante as compras na Rua Maria Marcolino - Brás

De acordo com o relatório da UNCTAD (2013), a presença da mulher angolana no mercado de trabalho foi estimulada pelo conflito armado - uma vez que elas viram-se forçadas a substituir os homens que partiam para a guerra - e pelas elevadas taxas de pobreza que historicamente assolavam o país, compelindo-as a buscar uma fonte de renda. O quadro retrata claramente que a maior parte da força de trabalho feminina atua na agricultura e no setor informal urbano. As mulheres participam, principalmente, dos processos de compra, processamento primário e venda dos peixes, embora em alguns casos dediquem-se à pesca no interior (rios) com métodos tradicionais para garantir o consumo doméstico. Elas com frequência atuam como intermediárias entre os pescadores ou importadores de peixes por um lado, e os consumidores finais por outro. Com base nos cálculos da UNCTAD (2013), é possível concluir que o setor informal é o principal meio de sobrevivência para a maioria dos angolanos e, quer seja rural ou urbano, é ainda a fonte precípua de ocupação para a mão de obra feminina. Tal fato explica até certo ponto o alto índice de participação das mulheres nesse setor, pois é por meio dele que elas poderão garantir seu sustento. Portanto, a avaliação do impacto do comércio e das políticas comerciais sobre o gênero deve necessária e predominantemente focar esse setor.

A Guiné Bissau, por seu turno, possui uma elevada biodiversidade, além de vastos recursos hídricos, fauna variada, floresta, contando ainda com um potencial de recursos minerais a ser explorado (UNECA, 2012). É um país que enfrenta uma desigualdade acentuada de gênero. O seu sistema de proteção social está disponível – em princípio – para os funcionários públicos, mas tendo em conta as dificuldades financeiras do Estado, os processos estagnaram-se. Embora 51,9% das mulheres sejam consideradas ativas, elas trabalham principalmente no setor informal como sacoleiras, compradoras ou revendedoras de peixe. 77,1% dedicam-se à agricultura de subsistência, setor que apresenta baixas taxas de rentabilidade econômica.

Tais informalidades refletem-se nas experiências cotidianas relacionadas à noção de vida herdada e acumulada ao longo do tempo, assim como nas práticas adquiridas em condutas grupais traduzidas por: espontaneidade, heterogeneidade, ambiguidade e sagacidade, nas quais as dinâmicas culturais convergem com o *modus operandi* da modalidade comercial de intermediação (ver GEERTZ, 1978). Segundo uma estudiosa,

[...] a participação das mulheres na economia urbana, se é realizada informalmente, não revela necessariamente uma prática de marginalização econômica das mulheres, e os rendimentos obtidos são relevantes para os orçamentos familiares e para a economia nacional. No entanto, esta informalidade dos procedimentos econômicos e sociais tem inevitavelmente como consequências uma maior insegurança econômica, que as populações procuram contornar através de outros procedimentos informais, no contexto das relações sociais. (DOMINGUES, 2000, p. 46)

Tal constatação remete, por outro lado, aos efeitos paradoxais das transformações sociais ocorridas no período pós-independência nos países africanos, entre as décadas de 1970 e 1990: elas estão permeadas por rupturas mas também por continuidades que se metamorfosearam em modos adversos de sobrevivência, como rastros da colonização.

O colonialismo legou-nos uma infinidade de sequelas e, durante a década de 1970, momento em que pareciam ter se exaurido, elas vieram à tona. Apesar da existência de movimentos nacionalistas e anticoloniais, provenientes das revoluções socialistas apoiadas pela ideologia marxista-leninista e lideradas pelo guineense “cabo-verdiano” Amílcar Lopes Cabral e seus companheiros Augustinho Neto, de Angola, e Eduardo Mondlane, de Moçambique, o processo estagnou-se devido à ausência de uma análise dos aspectos econômicos regionais. Esses últimos buscavam uma forma de representação simbólica e ideológica para a restauração geopolítica africana, ancorados no chamado Pan-Africanismo, juntamente com outros líderes africanos, tais como Kwame Nkrumah, em Gana, e Léopold Sédar Senghor, no Senegal. As transformações de então foram consagradas na fase compreendida como sendo aquela do ápice da União Africana.

Como conseqüência, pairaram ondas de crises étnicas e regionais, além de conflitos militares em grandes parcelas de países africanos, conseqüências do legado deixado pelos colonizadores para uma sociedade dividida pelo sistema escravista, pelo feudalismo, o patriarcado, o clientelismo e/ou populismo, o fetichismo e a ignorância, protegida – e isso até os dias atuais – pelas sombras do imaginário coletivo dos antigos combatentes da liberdade da pátria. Esse é o contexto em que devem ser enquadradas as realidades de países como Angola e Guiné Bissau, hoje lutando para estabelecer-se num cenário econômico novo, o da globalização.

Em Angola, os estabelecimentos fabris mantiveram suas produções básicas, ao passo que na Guiné todos os setores do aparato sociopolítico e econômico estagnaram-se à mercê das amarras do clientelismo dos frequentes motins no seio das Forças Armadas. Em contrapartida, emergia por todos os lados o êxodo rural e a emigração internacional. Como resultado, a área rural tornou-se um espaço desocupado, um não-lugar de fixação, produção e reprodução social. O êxodo rural por motivos econômicos – oportunidades de acesso a bens e serviços –, juntamente com a incapacidade de proteção social e a precariedade do emprego, fez da África uma plataforma para a parafernália “informal” do trabalho.



Claudia Maria, durante as compras de chinelas havaianas na loja Paraná, Rua Cavalheiro, no número 85 – Brás.

Isso faz com que as situações em que se encontram hoje as informantes Teresa, Francisca e tantas outras sejam comum a milhares de africanas. Vejamos o caso de Claudia Maria, trinta e um anos, atualmente proprietária de uma loja de calçados na antiga travessa da Vila do Gamek, em Angola. Depois de dez anos de travessia do Atlântico, ela diz:

Viajo três vezes por ano e o meu negócio estendeu-se para outros artigos, para além dos sapatos para todas as idades. Estou a contar já com o fornecedor BBS (banco de crédito), mas os dias que correm não são os melhores, temos tido muito pouco rendimento (entrevista em Luanda, Angola).

O caso de Aurora Garcia é outro exemplar dessa nova rota atlântica mercantilizada, baseada em iniciativas de indivíduos imbuídos do *ethos* empreendedor – em geral protagonizado por mulheres – num cenário em que o estado de bem-estar prometido pelo socialismo não vingou de acordo com a promessa dos anos heróicos da luta anticolonial. Aurora começou a viajar para o Brasil em 1998, levando na bagagem nove mil dólares para comprar artigos diversos. De regresso a Angola, começou a revender na sua residência o que adquirira:

Com o passar do tempo, o espaço [da casa] foi ficando cada vez mais pequeno; resolvi por isso procurar um estabelecimento maior para exibir a minha mercadoria. Abri a Boutique Kitady, no bairro do Macaluss, onde vendo roupas para homens e mulheres e emprego quatro funcionários. O rendimento mensal depende do número de vendas: durante o mês varia entre sete e dez mil dólares, equivalente a quinze ou vinte mil reais (Aurora Garcia, 36 anos, entrevista realizada em Luanda, Angola).

Além de vender roupas de marca, ela compra cabelo humano natural, a grosso, e trabalha na sua preparação – lava, coze à máquina e faz os caracóis – o que lhe permite maior lucro.

De forma geral, os artigos respondem às preferências da moda, o que traz um traço de fugacidade e efemeridade, exigindo a atualização da compradora. Aminata Carvalho, de Guiné Bissau, 27 anos, aposta nos sapatos, vestuários e cabelo:

Comecei a comprar para revender em 2003, demorei a começar este negócio por falta de dinheiro mesmo! Hoje divido o meu tempo entre estudos e negócio; compro roupas que estão na moda, sabe, aquelas que os famosos usam, sempre há peças idênticas... os meus clientes estão sempre atentos às tendências. Em Bissau, eu tenho um espaço na minha casa para vender aos clientes (entrevista em 05/04/2013, em São Paulo).

O “puxadinho”, ou o uso da garagem da casa para fins do estabelecimento de uma vendinha, bem conhecidos dos brasileiros, é também uma estratégia de sobrevivência nesse país de língua portuguesa.

Mas pode haver ainda a identificação com o produto vendido, inculcando um elemento de complementaridade entre a atividade de trabalho e aquela exercida antes, naturalmente, como consumidora. O recorte de gênero não é indiferente ao tipo de produto que é comercializado, e não há como negar que o perfil de “trabalhadora”, nesses casos, é bem específico e distante, em nada parecido com a atividade exercida pelas sacoleiras empreendedoras. Estamos bem longe da sociedade salarial descrita por Castel (1998), e mais perto da situação de precarização e informalidade descrita pelo mesmo autor, com a lente, contudo, focada naquela realidade ideal que informa a sua categorização das situações de trabalho.

No entanto, erra quem pensa que o “pequeno negócio” ou “negócio por conta própria” está isento de labor. Essas moças trabalham duro e não tem tempo para desfrutar das belezas e encantos do Brasil. Elas fazem essas viagens transatlânticas como se fossem daqui para ali, numa demonstração incrível da aceleração do tempo que as novas tecnologias do transporte permitiu, banalizando uma prática antes carregada de solenidade e perigo. Já não é nem mais uma viagem, mas apenas um deslocamento – regular, rotineiro, frequente – uma parte de seus processos de trabalho, que são, nesse caso, um trabalho de intermediação e venda, e que não deixam, contudo, de entrar num circuito “de massa”. Consumo de massa, cuja produção se perde de vista.

Elas são umas verdadeiras guerreiras. Acordam diariamente muito cedo, tomam o café da manhã aqui no hotel e saem diretamente para as lojas, ocupadas com as compras, só regressam para dormir. As vezes alugam o quarto em comum para diminuir os custos (Paulistano Teresino Junior, gerente e supervisor do Brás Palace Hotel).

Elas chegam normalmente em grupos de cinco a dez mulheres, e se hospedam nos locais habituais, sempre nas proximidades dos pontos comerciais onde são abastecidas as compras. São destinos comuns o Hotel Vitória, na Rua Cavalheiro, o Hotel Borba ou o Hotel 21, ambos na Rua Doutor Ricardo Gonçalves. Conhecidas por sua honestidade, nunca deixam nada por pagar. Ao contrário, logo que chegam a São Paulo, deixam as diárias de hospedagem completamente quitadas, para não caírem na tentação de gastar mais, segundo a versão do gerente do hotel, provavelmente reproduzindo o discurso fornecido pelas próprias hóspedes sacoleiras ou muambeiras africanas.

O juízo moralmente positivo é confirmado pelo supervisor da loja *Paraná*, um dos estabelecimentos mais procurados pelas compradoras. Ele mal esconde a satisfação com os lucros que elas lhe trazem: “*mesmo em tempo de crise, como a de 2008, as africanas continuavam a comprar chinelos na minha loja*”. Ele nota que elas chegam muito influenciadas pelas novelas brasileiras. “*Os chinelos que elas pedem evocavam temas dessas novelas [como era o caso de] O Caminho das Índias [nome de uma novela televisiva muito popular à época], mas procuram também os logotipos das seleções de futebol*”.

Outro gerente de hotel, na mesma região, acrescenta: “*recebo todos os dias mais de cem angolanos, e alguns da Guiné Bissau também, porém a minha maior clientela são as angolanas, em um número bem maior que as outras*”. E completa: “*essas mulheres são batalhadoras*” (entrevista em 20/04/2013).

Fica evidente a constituição de uma espécie de *cluster* étnico nessa região central da cidade, onde convivem personagens com propósitos diver-

sos, mas onde sobressaem as muambeiras africanas, num frenético movimento de maximização do tempo diante dos poucos recursos, premidas também pela tentação do consumo próprio (já que as mercadorias lhes atraem), a qual elas procuram, muito sabiamente, não se deixar tentar.

Existe uma conexão óbvia entre o tipo de consumo e o sexo da vendedora (ABÍLIO, 2012), assim como existe também entre o tipo de consumo e o sexo da compradora. É impossível contornar a realidade da feminização do trabalho, e o quanto ela está ligada a uma definição bastante utilitária de classe social. A convivência entre exploração ou negócio próprio (realidade econômica) e gostos femininos (realidade socialmente construída do “ser mulher”) dá a inteira dimensão do sentido da classe social com a qual estamos trabalhando neste artigo. Pressionadas, por um lado, pela opressão simbólica (devida ao passado histórico), e pela necessidade econômica, por outro lado, essas mulheres compõem o elo que funciona como ativador da produtividade das cadeias produtivas da atualidade, ao entrar no cenário como comerciantes que fazem o papel carnal dos agentes no esquema formal D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), isto é, comprar mercadoria para ser revendida. Longe de uma mera forma de bricolagem econômica local, parece que o uso desses esquemas massivos de compra no atacado para revenda no varejo começa a fazer parte dos cálculos da própria produção global. Economia de entrepostos ou lojas em territórios onde não for compensador, devido às estratégias de marca, a localização comercial, deixando esse papel ser preenchido pelas intermediárias (caso dos cosméticos,⁵ em que as lojas internacionais são privilegiadas apenas em mercados de alto poder aquisitivo, deixando a carga das sacoleiras a difusão “em massa” em mercados mais restritos). Essa é apenas uma hipótese, que a comparação com outros casos deverá ajudar a confirmar. Mas o que é certo, ao menos, é que o comércio híbrido típico dos padrões mercantis africanos (sua informalidade, precariedade e estreiteza) encontra uma via de alimentação no interior dos paradigmas mais atuais do mercado ocidental, orientado pela globalização. Assim, o desenvolvimento pode não conduzir à mudança da estrutura social, como se chegou a acreditar um dia, mas, ao contrário à sua perpetuação (o mercado restrito e a informalidade).

Levi Strauss (1986) designa bricolagem como a montagem de um novo “jogo” a partir do campo limitado pelas peças pré-existentes e, por serem ações espontâneas, não obedecem por conseguinte ao rigor do pensamento científico ou os paradigmas do mercado ocidental, servindo como um método usado para explicar a construção de uma cultura a partir dos elementos desta, ou eventualmente herdada ou tomada de alguma outra, em forma de expressão simbólica, traduzindo, esteticamente, a visão de mundo

⁵ Veja-se o caso da empresa nacional Natura, que se estabelece em Paris – mas não na África, cuja demanda por produtos mais sofisticados não está, contudo, ausente.

e o modo de vida de um determinado grupo social. Dessa maneira, não pode ser lançada ao mero recanto da desordem.

A construção cultural, segundo Levi Strauss (1986) auto define-se pelas regras complexas do jogo do xadrez, regulamentadas e impostas que são pelo “totem”. Assim sendo, a premissa cultural não se restringe exclusivamente à forma (esqueleto) de uma representação da identidade social, mas ao seu conteúdo essencial. Nessa chave, a noção de bricolagem é boa para pensar as origens sociais dessa prática comercial executada de modo “informal”, dentro das suas riquezas e diferenças étnicas, pelas sacoleiras africanas. Tal prática é caracterizadora das posições sociais que delineiam estilos de vida particulares, semelhante ao que ocorre com o *bricoleur*:

O *bricoleur* está apto a executar grande número de tarefas diferentes, mas, diferentemente do engenheiro, ele não subordina cada uma delas à obtenção de matérias-primas e de ferramentas, concebidas e procuradas na medida do seu objeto. Seu universo instrumental é fechado e a regra do seu jogo é arranjar-se sempre com os meios limites, isto é, um conjunto continuamente restrito de utensílios e materiais, heteróclitos. Além do mais, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento, nem aliás, com qualquer projeto particular, mas é o resultado contingente de todas as ocasiões que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque, ou para conservá-lo, com resíduos de construções e de destruições anteriores (STRAUSS, 1962, p. 38)

A simultaneidade, o improviso e a intermediação das sacoleiras com os fregueses nos inspiram a pensar a *bricolage* - o “se virar” muito conhecido dos brasileiros que se movimentam no interior do chamado trabalho informal - no contexto da abordagem teórica desenvolvida por Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz, centrada na idéia de “*global commodity chain*” (GEREFFI ; KORZENIEWICZ, 1994). Nesse último caso, é possível perceber que o foco no comércio varejista de pequenas compradoras - revendedoras de artigos de vestuários, acessórios, produtos de beleza, cabelos humanos, entre outros – responde a uma demanda que vai além (ou aquém) dos pólos de abastecimento do chamado grande varejo. As peças compradas nos mercados populares ditos “informais”, como a Feira da Madrugada, juntamente com outros utensílios de grife adquiridos nos Shopping Centers de São Paulo, em seguida reabastecem as lojas de Angola ou Guiné - Bissau.

As revendedoras galgam-se como força motora de tendências em larga escala, articulando-se aos compradores globais. Dentre os agentes econômicos (produtores, grandes varejistas), as sacoleiras jogam um papel estratégico como pequenas retalhistas autônomas, contribuindo para a dinâmica, mobilidade e qualidade dos produtos oferecidos pelos grandes varejos das cidades dos espaços periféricos, que entram assim em um circuito global de formação de grandes *networks*. Na situação das sacoleiras podemos

identificar a mobilização de uma modalidade de terceirização e flexibilização da mão de obra (GEREFFI, 2007).

Para alguns autores, como Harvey (1992), Gounet (1999) e Gereffi (2007), tais mudanças estruturais, que incluem o modelo toyotista, são uma alternativa flexível, tanto na aceleração da mais valia, como na descentralização de pólos de exploração de mão de obra precária nos países em desenvolvimento. Essas mesmas mudanças, embora possam angariar novos postos de trabalho nos países onde são implantadas, podem também fortalecer a precarização, com a emergência de contratos frouxos, o que aumenta o poder dos oligopólios de empresas estrangeiras nesses países.

A etnografia apresentada neste trabalho foi realizada nos mercados de São Paulo (Brás e Bom Retiro), a partir de depoimentos dos agentes sociais (as sacoleiras) e daqueles que são dependentes dessa renda, como os familiares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicados nos pontos de vendas do varejo e em hotéis onde as sacoleiras se hospedam. Pretende-se ampliar a pesquisa com a inclusão do estudo do mercado de Roque Santeiro, em Luanda, e do mercado de Bandim, em Guiné Bissau – esses dois são pontos nodais da comercialização final dos produtos comprados no Brasil.

O acesso ao campo (observação *in loco*) e a obtenção do material empírico (entrevistas) permitiram comparar situações distintas com respeito à comunidade de africanos em São Paulo. Enquanto que na Zona Leste da cidade, na região do Brás, os trabalhadores manuais africanos executam uma atividade manual e desqualificada, com predomínio da força física (VAZ, 2011), as sacoleiras, de forma distinta, realizam uma atividade que as conduz para aptidões feminizadas, tais como o artesanato e o trabalho no âmbito doméstico.

Mas o aspecto mais interessante a propósito da realidade das sacoleiras, compartilhada pelos africanos em São Paulo (VAZ, 2011), é o aspecto “fechado” do mercado de trabalho (WEBER 2000, pp. 26-30), que está disponível apenas para os que partilham da mesma identidade étnica, tal como ocorre entre os descendentes de japoneses que vão para o Japão trabalhar como *decasséguis* (KONIGAME, 2011). A trabalhadora informal, no caso em estudo, é definida imediatamente pela sua identidade nacional; os trabalhadores brasileiros, por exemplo, são excluídos dessa população. Apenas nacionais de países como Guiné Bissau e Angola participam da rede, estando esses completamente segregados dos outros trabalhadores informais que atuam no país.

O caráter de transitoriedade dessa população fica evidente pelo tempo que permanecem no país: nunca mais do que duas semanas. Vivem às vezes em hotéis no centro da cidade, ou em casas de compatriotas que aqui já estão. O caráter de segregação e fugacidade (HARVEY, 1992, p.160) é

um elemento novo dessa informalidade, pois não há a menor perspectiva de integração dessa população na comunidade nacional. Elas, as sacoleiras, são informais tanto no país de destino (Brasil), quanto no país de origem (Guiné ou Angola), carregando as marcas da exclusão social (GOFFMAN, 1998).

De acordo com Gomes (s/d) e Domingues (2000), em Guiné Bissau as mulheres engendram as cooperativas informais em vários segmentos da sociedade, mesclando-as às raízes étnico-culturais, assim como as associações de *mandjuandade*⁶ das mulheres e outras associações nas feiras de troca, como o “*lumo*”. Podemos mencionar também a associação das horticulturas. As festividades ocasionais são modalidades pelas quais as mulheres entram no circuito comercial informal, empregando os seus rendimentos socioeconômicos através de cotas, reuniões, poupanças e aplicações às obrigações sociais (gastos com cerimônias e festividades):

O capital social, isto é as relações familiares, de amizade, vizinhança, profissionais ou outras, que podem ser acionadas para obter condições vantajosas, constitui ainda a garantia de acesso a sistemas informais de interajuda e proteção social. Para constituir e manter este capital social, as badeiras e/ou sacoleiras desenvolvem outros procedimentos informais no âmbito das relações e da sociabilidade, nomeadamente constituindo associações informais (DOMINGUES, 2000, p.511).

A revenda autônoma, por exemplo, não é fato recente e adentra num quadro de acumulação de capital aplicado desde a Antiguidade – especialmente na Idade Média, nos itinerários da comercialização dos utensílios destinados pelos mercadores às suas clientelas. Porém, na atualidade, na era da tecnologia e da globalização, esse processo parece assumir novos contornos. A atividade de compra e venda de mercadorias envolvendo países africanos no cenário internacional é uma prática relativamente nova – empreendida a partir da década de 1990, realizada por diversos grupos de imigrantes e/ou turistas (especialmente as angolanas) – como rota comercial utilizando-se da feminização do trabalho.

Desta maneira, torna-se interessante ressaltar que o microempreendedorismo aqui está associado ao aspecto dicotômico de pertença e distanciamento na esfera da cultura e da sociabilidade, o que define sociologicamente a condição do estrangeiro. Essas mulheres sacoleiras vivem como que a saga de um cidadão do mundo, pelo modo como incorporam formas de negociação em terras distantes, mercadorias diferentes e matrizes e códigos culturais opostos ao mesmo tempo, porém criando proximida-

⁶ Associação “grupo” cultural folclórico, voluntários que se reúnem frequentemente para apresentações nos eventos da comunidade através de cantos e danças e arrecadação de fundos para a manutenção da associação.

de, caracterizando-se como ponte de unificação de diversidades culturais. Simmel (1983) define o estrangeiro como um viajante potencial, configurando-se ao mesmo tempo como uma espécie de comerciante que traz e incorpora a cultura do outro, de forma recíproca.

O cenário comercial correspondente é o de interdependência de funções, composto por três agentes sociais: os trabalhadores manuais,⁷ os guias e as sacoleiras, sendo os três segmentos de serviços encadeados até a comercialização do produto final. Neste estudo, o foco é no perfil dos trabalhadores temporários, uma vez que chegam hoje e partem amanhã, aparentemente turistas, mas na verdade engajados nas atividades de compra e venda de mercadorias, tornando-as uma atividade rotineira, ao mesmo tempo em que banaliza a viagem, retirando seu aspecto misterioso. As sacoleiras percorrem pontos distantes do planeta como um trabalho, não como lazer ou evasão.

Esta cadeia comercial do qual participam faz parte do fluxo de bens e pessoas que tem lugar no circuito comercial Brasil – China – Índia – Taiwan ou Dubai, terminando em Luanda (Angola), para a articulação na compra e revenda de produtos tais como: jeans, lingerie, roupas íntimas, chinelas havaianas, cabelo humano, calçados, bijuterias, cosméticos e outros. As fotos abaixo mostram bem essa diversidade:



Marcas de lingeries e cosméticos: Natura, Kaiak, Avon e Jequiti

⁷ Os trabalhadores manuais têm uma função importante no trâmite das cargas, porque são os que as empacotam logo que as sacoleiras cheguem no chão da empresa transportadora de carga - *African import, export trading* - com as bugigangas abarrotadas.



Cabelos humanos naturais e cosméticos



Aurora Garcia, após uma seção de compras. Brás

Estima-se que diariamente mais de 150 (cento e cinquenta) mulheres angolanas engrossam o comércio no bairro do Bom Retiro e do Brás, numa quantidade que varia de acordo com as oscilações cambiais do dólar, corroborando, em determinadas conjunturas, o aquecimento deste mercado. Paralelamente a isto, observa-se uma diminuição das demandas quando há valorização do real, direcionando as estratégias para Dubai, China, Índia. Devido aos preços baixos, tal redirecionamento permite maior retorno financeiro.

As donas de casa transitam rotineiramente por um percurso intercontinental em busca de novos mercados brasileiros de produtos eletroeletrônicos ou do setor têxtil, como fonte de renda alternativa. Pode-se dizer que o perfil dessas empreendedoras a fazem aproximar de uma nova classe média angolana, tal como as microempreendedoras no Brasil pretendem estar alcançando o *status* de classe média.

Entre barracas, botequins e redutos populares, as sacoleiras demandam os produtos das vitrines para comercializarem-nos em suas comunidades de origem, compondo um quadro de internacionalização de mercadorias entre os seus mercados periféricos (Angola, Guiné Bissau) e o mercado de um país que não é “central” no capitalismo (Brasil), no máximo em desenvolvimento ou emergente, mas que comercializa, por seu turno, os produtos das filiais de grandes grupos localizados ali (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994, pp.1-5).

Dentro desse quadro, é imprescindível traçar uma morfologia da comunidade de comerciantes africanas em São Paulo, como estamos tentando fazer, inquirindo as conexões comerciais enquanto conexões sociais. Há semelhanças de situação com o que é observado em outras comunidades, como é o caso da comunidade brasileira no Paraguai, por exemplo, marcada predominantemente também pela atividade retalhista.

É muito comum cruzar com moças carregando bolsas e sacolas de plástico nas calçadas e lojas do Brás. Geralmente elas estão acompanhadas por algum membro da família, na maioria das vezes as sobrinhas, as quais reúnem também aptidões domésticas. Esse grupo enfrenta rotineira e cautelosamente a *via crucis* da compra de produtos acabados num país e a sua revenda num outro, como uma atividade permanente, previsível e regular. Essa última está completamente conectada, portanto, com as tendências da globalização. As sacoleiras (ou “muambeiras”, para os brasileiros) são agentes da comercialização de produtos, participando de uma cadeia produtiva que pode ter origem (na manufatura) em outros lugares do globo (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994; SASSEN, 1991; BURAWOY, 2000). Gereffi, por exemplo (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994), mostra como empresas norte-americanas de marca e porte gigante tais como *Nike*, *Rebook*, *GAP* e *L.A* utilizam-se de grandes redes varejistas moldadas em sistema *Just in Time* (na hora certa), refletindo os padrões de funcionamento do pós fordismo. Tais redes podem encontrar revendedores que “espalham” esses produtos (inicialmente concebidos para uma elite de consumidores do centro do capitalismo) para localidades inusitadas, formando rotas que não estavam inicialmente nos círculos das *commodity chains*.

Mas há também o aspecto micro-social da globalização, que é o tipo de sociabilidade que ela provoca. No caso do Brasil, isso é muito nítido no fluxo novo de imigrantes latino-americanos que vêm buscar trabalho no país (o caso mais notável é dos bolivianos no setor da costura: Silva (1995). É

também conhecida a comunidade dos haitianos, que parece estar completamente associada a trabalho informal e precário.

O caso das sacoleiras vem somar-se a essa sociabilidade transnacional que até recentemente era típica apenas em países centrais, como na Europa, EUA, Canadá e Japão. Um autor que pode nos ajudar a elucidar as relações sociais no seio dessa população móvel é Simmel (1983), ressaltando a situação do estrangeiro, o qual traz novas qualidades ao grupo e uma singular interação, pois está ao mesmo tempo perto e longe. Ele é o divulgador nato da cultura - como o mercador - trazendo as mercadorias não produzidas no grupo, de fora, “negociando o novo”, fascinando pela criatividade e mobilidade espacial.

Na atual conjuntura econômica mundial, com as consequências das crises locais e feminização do trabalho, estamos enfrentando o germe de novos sujeitos na economia, os quais têm impacto e calibre globais. Como nos lembra o sociólogo M. Burawoy (BURAWOY *et alii*, 2000) a propósito da “etnografia global sem sabê-lo” da Escola de Chicago, esse última estava diante de fenômenos que tiveram como força propulsora impulsos globais (por exemplo, as correntes migratórias vindas da Europa), afetando o urbano, as configurações comunitárias e o local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo enveredou para uma reflexão acerca das dicotomias entre a cultura e a sociedade de consumo bem como os seus desdobramentos em termos de cadeias de *commodities* atravessando cidades globais e os “superguetos” em seu interior. São os seus personagens as sacoleiras (também chamadas de “muambeiras” pelos brasileiros) angolanas e guineenses, as quais reacendem as polêmicas acerca da relação entre informalidade e o “jeito de ser” do comércio africano.) Numa economia incapaz de suportar um contingente oriundo do êxodo rural, atormentadas pelo desemprego e a (in)capacidade de manutenção familiar, elas “vão à luta”, cruzando o Atlântico em buscas de oportunidades de “empreendedorismo”.

Entende-se que a presença das mulheres predominantemente nos serviços informais, especialmente no comércio retalhista, além de ser uma prática tradicional de mercantilização, é também uma relação social empreendida dentro de uma estratégia de inserção socioeconômica.

O capital, tanto financeiro quanto humano, assim como o aparato administrativo, não acompanharam a par e passo a reestruturação produtiva – incluindo aí o êxodo rural - pegando a sociedade “de saia justa” para os tempos de produção enxuta e competitiva.

Porém, o potencial das mulheres no setor de pesca artesanal, nos diversos comércios ambulantes (como vendedoras de refresco, picolé, gela-

do ou sorvete, amendoim), na horticultura, grupos de cabeleireiras, donas de bares nas beiradas das calçadas, cooperativas de compras e revendas de peixe, grupos de mandjuandade “grupos culturais”, etc. demonstra uma ampliação do tecido econômico de subsistência, a partir da espontaneidade e do trabalho local.

No entanto, de modo a intensificar e melhorar sua atuação, as microempresárias que operam na informalidade terão que, em algum momento, passar para a economia formal. Para que isso ocorra, será preciso preparar um ambiente favorável, em que os benefícios superem os custos de um trabalho formal.

O economista bangladeshiano Muhammad Yunus despertou a responsabilidade social da comunidade ao tirar da extrema pobreza homens e mulheres que se encontravam na extrema vulnerabilidade, numa pequena aldeia onde estabeleceu-se o financiamento de cooperativas, fundindo a ética e o consumo baseado na confiança, auto-controle, espírito de equipe e liderança. O microcrédito apresentou algumas melhorias na qualidade de vida das pessoas em Bangladesh, tais como: crescimento da renda das famílias, qualidade de vida, nutrição infantil, alfabetização, habitação, etc. O mesmo pode acontecer com a comunidade de angolanas e guineenses que, ao invés de permanecerem na rota transatlântica com compra-revenda de produtos acabados, poderão ser realinhadas ao mercado e à formalidade em seus países de procedência.

Yunus (2006), destaca:

Essas pessoas não eram pobres por estupidez ou por preguiça. Elas trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país não tinham a disposição de ajudá-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problema individual (YUNUS, 2006, p. 24).

Dentre os exemplos de políticas de incentivo para empresas informais que desejassem fazer a transição para o setor formal teríamos, entre outros: o maior acesso a programas de microcrédito, as isenções fiscais temporárias, as oportunidades de contatos para a comercialização, os procedimentos de registro simplificados e baratos. A formalização poderia aumentar o leque de oportunidades de negócio para as micro e pequenas empresárias se sua capacidade produtiva estiver conectada aos principais setores econômicos de Angola. Essas políticas facilitariam a integração das pequenas empresas lideradas por mulheres às redes de fornecedores de produtos e de serviços (p.ex. fornecedores de alimentos ou de mercadorias). Esse seria um caminho.

Enquanto ele não é trilhado, a realidade da globalização impõe uma outra dinâmica às “sacoleiras globais”, cujo perfil está marcado por estigmas construídos socialmente. Foi o que procuramos mostrar neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila C. Parece perfumaria: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. In: ESTANQUE, E.; MELLO E SILVA, L. *Facetas do Trabalho na Contemporaneidade: Diálogos Luso-Brasileiros*. Curitiba: Appris, 2012.
- BURAWOY, M. *Ethnography Unbounded. Power and resistance in the modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- BURAWOY, M. et al. *Global Ethnography. Forces, connections, and imaginations in a postmodern World*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DOMINGUES, Maria, M. A. B. *Estratégias Femininas entre as badeiras de Bissau*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 2000.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Org.). *Commodity chains and Global Capitalism*. Westport: Praeger, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- GOMES, Patrícia. *As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau*. Universidade de Cagliari, Itália, (s/d). Disponível em: <www.asequagui.org/asmulheresnosectorinformal>.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- KONIGAME, Juliana. *O local e o global na comunidade nipo-brasileira: um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de S.Paulo*. 2011. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 200 p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Totemismo hoje*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. *O Pensamento Selvagem*. Trad. Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de 'O Capital'*: resultados do processo de produção imediata. São Paulo Moraes, 1985.
- OCADA, Fábio Kazuo. *A tecelagem da vida com fios partidos: as motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações*. Tese de Doutorado. Araraquara: Unesp, 2006.
- SASSEN, Saskia. *The Global City*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1991.
- SAYAD, A. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, S. A. *Costurando Sonho: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. 1995. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia.
- SIMMEL, Georg. Sociologia: o estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.) *Simmel: Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1983.
- UNCTAD (2013). *Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? Uma perspectiva de gênero*. Publicação das Nações Unidas, 2003. Disponível em: <www.unctad.org>

UNECA (2012) *Perspectivas Econômicas em África*. Países Africanos da CPLP.2012. Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt>> e <www.africaneconomicoutlook.org>.

VAZ, Paulo G. *O trabalho manual Africano nos Labirintos da Globalização: o caso dos Africanos em São Paulo*. 2011. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Unicamp.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed., vol.1. Brasília: Editora UNB,2000

YUNUS, Muhammad .*O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2006.